

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Zeca Dirceu critica modelo de Milei defendido por Flávio Bolsonaro: “Milei tropical”

11/10/2026



Imagem: Divulgação/Redes Sociais



Imagem: Divulgação/Redes Sociais

O aumento da pobreza, a perda de empregos e o fechamento de empresas na Argentina reacendem o debate sobre o modelo econômico de Javier Milei, apresentado como referência pelo senador Flávio Bolsonaro. Para o deputado federal Zeca Dirceu (PT-PR), a tentativa de levar essa experiência para o Brasil exige atenção aos efeitos das políticas de ajuste sobre os trabalhadores e a população mais vulnerável.

No primeiro semestre de 2026, a pobreza atingiu 32,3% da população dos 31 aglomerados urbanos pesquisados na Argentina, ante 28,2% no semestre anterior, segundo o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec). A extrema pobreza também subiu, de 6,3% para 7,5%.

Os indicadores contrastam com o discurso de que a redução da inflação e dos gastos públicos, por si só, garante melhores condições de vida. Reportagens da imprensa argentina relatam aumento da procura por refeições e cestas básicas, dificuldades para pagar despesas essenciais e famílias que precisam recorrer a empréstimos para manter a alimentação.

Zeca já havia criticado publicamente a aproximação de Flávio Bolsonaro com o presidente argentino. Em artigo publicado em março de 2026, o deputado chamou o projeto do senador de

“Milei tropical” e questionou a tentativa de apresentar as medidas argentinas como solução para o Brasil.

Na avaliação política apresentada pelo parlamentar naquele artigo, a disputa envolve dois caminhos distintos para o país: um que prioriza a inclusão social e a proteção dos trabalhadores e outro que aposta em cortes de direitos e na redução da atuação do Estado.

Fechamento de empresas e perda de empregos

As dificuldades argentinas também atingem o setor produtivo. Levantamento do Centro de Economia Política Argentina (CEPA) apontou o fechamento de mais de 32 mil empresas entre novembro de 2023, antes da posse de Milei, e julho de 2026. No mesmo período, o país perdeu centenas de milhares de postos formais de trabalho, segundo o estudo.

A retração da atividade econômica, a redução do poder de compra e as mudanças nas relações de trabalho estão entre os fatores que alimentam as críticas às medidas adotadas pelo governo argentino.

As reformas trabalhistas aprovadas em 2026 também provocaram reação de sindicatos e organizações de trabalhadores. Entre as mudanças estão dispositivos que permitem jornadas de até 12 horas em determinadas condições e alterações nas regras relacionadas a greves e negociações coletivas. O governo defende que as medidas podem estimular contratações; entidades sindicais afirmam que elas aumentam a precarização do trabalho.

Na área social, o encerramento do programa Volver al Trabajo retirou o benefício de quase um milhão de pessoas, segundo reportagem do Página/12. A pobreza entre crianças de até 14 anos chegou a 44,5%, enquanto, entre pessoas com mais de 65 anos, alcançou 14,8% no primeiro semestre de 2026.

Flávio Bolsonaro quer importar medidas da Argentina

Flávio Bolsonaro tem defendido propostas inspiradas na política econômica de Milei. Entre elas estão a redução da estrutura ministerial, com a extinção de pelo menos dez ministérios, uma reforma administrativa, privatizações e mudanças nas regras fiscais.

Em junho, o senador associou seu plano de cortes de gastos, chamado de “tesouraço”, à motosserra que se tornou símbolo da gestão argentina. Em setembro, sua equipe econômica

voltou a apontar Milei como referência para medidas de desregulamentação e redução de despesas públicas.

Para Zeca Dirceu, a discussão sobre o futuro econômico do Brasil precisa considerar os efeitos concretos das decisões governamentais sobre a população. O fechamento de empresas, a perda de empregos e as dificuldades enfrentadas por famílias argentinas são elementos importantes para avaliar as consequências do modelo que Flávio Bolsonaro pretende usar como inspiração.

“O debate não se limita ao tamanho da máquina pública ou ao equilíbrio das contas. Envolve também a capacidade do Estado de garantir serviços, proteger direitos e criar condições para que o crescimento econômico se traduza em melhores condições de vida para a população”, concluiu.